

Para onde vai o alternativo?*

Regina Festa**

Na década de 80, o Brasil experimentou a possibilidade utópica, efervescente, de eriar processos de comunicação como manifestação social, que transcendiam as possibilidades de controle por parte do Estado. A efervescência social em busca de seu destino comum deixava entrever que mudanças substantivas ocorriam no interior da sociedade brasileira. O entusiasmo, entretanto, escamoteava outro processo que nascia paralelo: o da institucionalização tanto em nível interno das organizações, como na sua relação com o Estado, no qual surgem elementos que aprisionam o utópico no interior de sua órbita de racionalidade.¹

Essa contradição é permanente no processo da TV dos Trabalhadores. Está presente na dicotomia experimentada pela definição interna de um projeto com base corporativista e de um processo de movimento exigido pelos trabalhadores de base. Reflete-se na busca de um crescimento do projeto para a área massiva através de uma institucionalização imposta pelas normas legais do Estado, quando da busca do canal de rádio e de televisão. Define-se, mais que nada, internamente, pela criação institucional da RCT, que por fim impõe limites e reorganiza as exigências dos trabalhadores na sociedade atual.

O movimento centrífugo e centrípeto ocorrendo simultaneamente reflete também a relação dos trabalhadores e das lideranças com os *mass media*. Para as lideranças, *mass media* (revestidos apenas de racionalidade política), são instrumentos para se obter um fim, analisados com a lógica de que a técnica contém a essência do fazer político. Ao voltar-se para o que é imediato dessa ação, as lideranças deixam em aberto, livre, o terreno da confrontação ideológi-

* Este texto é parte do último capítulo (Inconclusões) da tese de doutoramento sobre "TV dos Trabalhadores. A leveza do alternativo", que analisou o processo de apropriação e uso do vídeo e da televisão pelos trabalhadores metalúrgicos do ABCD e por dirigentes políticos. O trabalho procurou compreender a relação dos trabalhadores com os *mass media*, os êxitos e conflitos que advêm dessa prática no momento atual.

** Professora Doutora do Instituto Metodista de Ensino Superior (SBC) e da Escola de Comunicações e Artes (USP).

ca com as contradições do projeto cultural burguês mais elaborado. Essa mesma ação instrumental, tem sido uma das causas dos fracassos subsequentes da esquerda diante dos *media*.

De um lado baseia-se na inconsistência analítica de dirigentes sobre os meios. De outro e como consequência, constroem-se como um poder racional que segue a lógica da instrumentação técnica. Assim, a ação instrumental orienta os trabalhadores no sentido de adotarem os mesmos saberes técnicos que os igualam e os estimulam a melhorar (ou adaptar) a escola dos *mass media*. Do ponto de vista objetivo cabe a pergunta: os trabalhadores querem, podem, liberar-se dessa racionalidade? Ou: estaríamos entrando numa etapa de reacomodo das imagens?

Não é uma questão fácil. As mesmas lideranças têm interesses múltiplos, complexos, divergentes. De um lado, permanece a necessidade de realizar o movimento, a organização na base que se confronta com a sociedade atual, envolvida pela recessão e o desencanto. De outro, está a limitação imposta por essa mesma sociedade que "define" (com normas, leis e inclusive com sua ideologia) os campos de confrontação. Assim, na complexidade do momento, a racionalidade avança.

Para os trabalhadores da base, os conflitos e as contradições se expressam com outra lógica: a do confronto com o imediato. É no cotidiano que ele se estabelece e se resolve. Portanto, toda ação comunicativa dos trabalhadores se cria e recria a partir da própria sobrevivência, do fazer político, da experiência acumulada. Nesse espaço, em espiral, suas conquistas fluem e refluem e eles próprios oscilam entre o desejo de autonomia (movimento) e da institucionalidade interna e externa. A primeira, operando no sentido de reorientar o poder dentro do espaço sindical, a segunda projetando-o fora da construção da hegemonia no interior da sociedade-civil. Aqui também cabe a pergunta: frente à crescente institucionalização da sociedade civil, como campo hegemônico do liberalismo, os trabalhadores se conduzirão em qual direção? Na da construção de um poder (mais corporativo) restringido ao ABCD, ou abrindo-se mais para o papel do sindicalismo na sociedade (cada vez mais conformada por segmentos de fora do proletariado)? Não há uma resposta fácil. Superada a década das utopias, a complexidade do momento atual deixa entrever a possibilidade de declínio da coesão e da ação coletiva, em geral. Não se trata de anunciar o fim da luta do proletariado. Não obstante, o quadro geral no ABCD prenuncie mudanças.

A institucionalização, por outro lado, coloca enormes desafios para os trabalhadores nesta década.

Na experiência da TVT, a institucionalidade do projeto operava de forma coercitiva em várias direções. Primeiro, dentro do Sindicato, onde a estrutura está organizada de forma centralizada e vertical. Essa prática, que advém da tradição organizativa dos trabalhadores, está baseada nos princípios do leninismo oficial que foi a opção adotada pelo sindicalismo combativo. A questão não é avaliar se isto é bom ou ruim, mas as consequências do modo de operar. Nessa prática, confundem-se (ou confluem-se) os conceitos de direção política e direção cultural em torno das vanguardas. Ou seja, mesclam-se Gramsci e Lênin. Em Gramsci, a direção política é a que motiva a formação da "vontade coletiva" em torno do partido e a direção cultural atua no sentido da transformação dos costumes e da cultura, no interior da "sociedade civil", constituindo-se aí a he-

gemonia. Em Lênin, entretanto, a construção da hegemonia (embora o termo não constitua uma designação habitual) passa pelo dirigente.² Com isso, a TVT construía-se em torno de uma concepção gramsciana de direção cultural, comandada pela direção política, cujo fim último, como se evidenciou na prática, era o partido (segundo Lênin) e não a sociedade civil e o partido (segundo Gramsci).

Essa mesma concepção moldou parte significativa dos educadores populares e intelectuais orgânicos (para usar a terminologia gramsciana) que atuam *pari passu* ao lado dos dirigentes. Na maioria das vezes isso ocorre não por vontade política, mas pela estrutura vertical da própria organização, que estabelece um modo de funcionamento, baseado no poder do dirigente (o que dificulta o exercício interno da democracia). Na prática, a contradição se dá pela ausência de canais de discussão e consenso e pela hierarquização das esferas do poder, sob uma direção política que orienta a politização da cultura e da comunicação como esferas privilegiadas da ação possível (ou imediata). Essa hierarquização torna-se seletiva, burocratizada e opera pela disputa de cargos e pelo "controle" das formas ditas democráticas de participação.

Enquanto método, a hierarquização não é resultado apenas de um modo político de organização. Para pesquisadores e estudiosos, o *modus operandi* de certos processos de hierarquização tem reflexo na fragmentação da sociedade. A própria produção em série fragmenta e exige definição da hierarquia. Nesse caso, os chefes são detentores de inteligência científica e os que obedecem são os que possuem capacidade operacional. Os ergonomistas argumentam que não se pode ser dotado das duas simultaneamente. Aos chefes cabe a missão de organizar o sistema mais racional do homem com a máquina, de acordo com a planificação do trabalho. Da sofisticação do método, inclusive, é que advém as greves espontâneas no local de trabalho que se expressam como recusa visceral a aceitar a condenação dos saberes operacionais.³ Em outras palavras, da mesma forma que os operários não têm alternativa para o modo de produção, está por se construir formas de convivência com processos institucionais efetivamente participativos e democráticos (que permitam a convivência do conflito, da divergência e do consenso). Nesse impasse, a burocratização torna-se o caminho mais fácil, principalmente em fases de desestruturação sindical, como a que impõe o projeto neoliberal vigente.

No plano mais elaborado de um pensar segundo teorias políticas de comunicação, pode-se dizer que a prática do sindicalismo e da política partidária se confronta em pelo menos duas esferas com o liberalismo. A primeira delas "é que o cenário das lutas políticas vem sendo invadido de modo sistemático por um novo personagem: a comunicação mediática. Isto é, a comunicação realizada pelos modernos aparatos sócio-tecnológicos de produção e difusão de bens simbólicos."⁴ Essa constatação (ou incômoda novidade) para a política brasileira, pressupõe que cada vez mais a eficácia dos processos políticos já não depende exclusivamente da força social que se consegue aglutinar ou das alianças políticas possíveis "mas também das modalidades de apresentação daquela luta para o restante da sociedade. Ou melhor, de como aquela luta apresenta-se e é vista pela diversidade de atores sociais e políticos presentes em um determinado momento histórico."⁵

O que muda nisso? Muda substantivamente a qualidade do espaço público, enquanto local de confrontação. Na década de 80, tanto a política como a

comunicação eram exercidas em conjunto com uma diversidade de atores sociais que, de forma solidária, transformava o fazer político em coisa pública, comum e compartilhada. Esse tipo de funcionamento está cada vez mais em cheque pela domesticação da esfera pública, através da institucionalização dos *mass media*. Isto é, não basta mais a comunicação interpessoal para fazer política. Agora e cada vez mais ela só se realiza se for anunciada pelos *mass media*. Assim, passa a ser da natureza institucional dos *media* constituir-se na grande dimensão pública da sociedade contemporânea.

As consequências disso são imprevisíveis, principalmente pelo descaso ou má compreensão do papel dos *media* na luta política. Baudrillard, por exemplo, chegou a anunciar que tal processo pressupõe pensar que uma greve só existe de fato para a sociedade se for publicizada pelos *media*.⁶

Quase na mesma situação encontram-se os partidos políticos que travam uma verdadeira batalha com os *media*, permeada por enormes ambigüidades. De um lado, partidos e líderes políticos necessitam publicizar sua atuação, mas de outro lado encontram-se frente à impossibilidade de controlar de modo pleno sua ação política na esfera pública. E que "a complexidade da sociedade atual e o desenvolvimento da moderna comunicação, portadora do virtual monopólio da construção da dimensão pública social, subtraem da política o controle e o poder de se realizar como coisa pública."⁷

Tal impasse está colocado e pressupõe pensar que a domesticação institucional do fazer político e da constituição dos direitos sobre a esfera pública constituem um dos grandes desafios para o sindicalismo combativo e para a formulação estratégica do partido político durante esta década.

A segunda esfera de confrontação com o projeto liberal está no próprio fazer da política usando os *media* e a televisão em especial. Obviamente, o relacionamento "comunicação e política" não se limita à conexão propiciada pela dimensão pública. Baseia-se na interpretação da realidade e é no conflito dessa interpretação que se constrói a hegemonia. Portanto, a constituição da realidade exige o acionamento de regras próprias de produção e dos estoques culturais disponíveis na sociedade.

Como se dá, então, o embate dessa realidade com o fazer político nas campanhas eleitorais através dos *media*? Como ficou demonstrado nas eleições presidenciais, a esquerda não pode fugir à regra. Assim, como todos os outros partidos (e talvez mais), prometeu uma vasta rede de empréstimos entre o discurso político e os *mass media*. O êxito foi inquestionável. Mas, o que se passa com a política, quando a *performance* técnica ocupa seu lugar? Beatriz Sario argumenta que, nessa relação, a política é transformada em simulação simbólica dos discursos, porque "as formas discursivas são trocadas por um populismo comunicacional que copia as estratégias dos *mass media*, acreditando colocar-se em contato com uma cultura popular descoberta pelas pegadas dos *mass media*, que já desvelaram o imaginário popular."⁸ Assim, não resta dúvida que a cultura mass mediática e a política massmediatizada descaracterizam o próprio conceito sobre o que é política. Ganha-se na eficácia técnica, perde-se (por banalização) no "jogo" das utopias. Este é outro dos grandes desafios para a esquerda partidária: como integrar o fazer político das relações interpessoais com o da esfera pública (cada vez menos "controlável"), principalmente através da televisão. Nesse jogo, não é o sr. Roberto Marinho que tem o poder, mas a própria lógica do capitalismo liberal, que ele representa e re-produz. Será, como afir-

mou o norte-americano Peter Drucker (um liberal convicto), que ainda sentiremos saudade do tempo em que a política tinha fascínio e *glamour*?⁹ Ou, depois das eleições presidenciais de 89, será que a nova cara da política conseguirá re-encantar o Brasil?

Finalmente, quero abordar a questão do intelectual. Como argumenta Foucault, "durante muito tempo o intelectual dito 'de esquerda' tomou a palavra e viu reconhecido o seu direito de falar enquanto dono da verdade e da justiça. As pessoas o ouviam, ou ele pretendia-se fazer ouvir como representante do universal."¹⁰ Esse intelectual não existe mais, assim como já não é mais possível a transposição (de um marxismo débil) que o proletariado, pela necessidade de sua posição histórica, é portador do saber universal. A ruptura se deu de ambos os lados.

Na última década estabeleceu-se uma relação diferente do intelectual com a prática: eles passaram a trabalhar em setores específicos, onde seus conhecimentos permitiram detectar questões diferentes, inclusive das do proletariado. Ainda segundo Foucault, essa nova figura do "intelectual específico" permitiu pelo menos que se rearticulassem categorias distantes ou vizinhas. Não se trata de um especialista ou de um portador apenas de um saber local. Essa nova figura, que exerce uma tarefa específica, é a que assume simultaneamente, quer queira, quer não, responsabilidades (inclusive políticas) inerentes ao seu saber. Eles são médicos, engenheiros, cientistas políticos, economistas, jornalistas e outros.

A questão que se colocou entre a relação dos intelectuais de comunicação com o sindicalismo combativo ao longo da década esteve pautada, a meu ver, por dois vies: primeiro, pela estrutura anacrônica de organização do poder. Ora, na medida em que o dirigente tem apenas uma visão instrumental do processo, a estrutura do poder acabou por condicionar o papel do intelectual de comunicação ao de um técnico *strictu sensu*. Nessa condição, diluiu-se a responsabilidade profissional, ética e moral sujeitadas ao imediatismo das decisões políticas.

O segundo viés deu-se na esfera cultural. O economicismo que pauta a construção da ação política impediu até hoje que os dirigentes se sensibilizassem para a busca de outras formas do fazer político. As consequências são igualmente imprevisíveis e não apenas no ABCD. Como disse Nestor García Canclini "é preciso reconhecer que até agora as classes dominantes foram muito mais conscientes que as subalternas, do poder contido na cultura".¹¹ A mesma lógica instrumental sobre o poder dos *media*, opera no campo da cultura, reduzida invariavelmente às festas populares de caráter político. Nesse embate, toda construção simbólica promovida pelo avanço do capitalismo ocidental é deixada de lado. A fragmentação encontra nessa concepção de cultura a massificação do sujeito e, sobre ele, lentamente constrói outras fragmentações como novos valores (que até podem ser transformadores), mas jamais foram analisados.

Assim, frente ao fato de que a comunicação é vista a partir da possibilidade de adequar a técnica em relação aos fins, prenuncia-se como inevitável a **profissionalização de técnicos como meio**. Nesse caso, o papel dos intelectuais como aliados estará, inevitavelmente, relevado ou condicionado pelas regras da política. Como de resto, já ocorre aqui, nos Estados Unidos e na Europa. Devido a este viés, contudo, cada vez mais a esfera pública se distanciará da sua função política e a política se distanciará da análise necessária sobre o real poder dos *mass media*.

Com isso, os intelectuais se afastam, os "profissionais" assumem, e o racionalismo vai construindo a História. Mas, será que existe outra saída fora da órbita domesticada da racionalidade? Afinal, o pluralismo e a sociedade de direitos civis (conquistados ou legalizados) tampouco é decorrência do marxismo histórico.

Notas

1. Renato Ortiz. **A Moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural**. São Paulo, Brasiliense, 1988.
2. Norberto Bobbio. **Gramsci e la concezione della società civile**. Trad. port. de Carlos Nelson Coutinho. **O Conceito da Sociedade Civil**. Rio de Janeiro, Graal, pp. 46-47.
3. Pierre Cazamian. In: **La Société**. Paris, Editions La Découverte/journal Le Monde, 1985. Trad. port. de Sérgio Flaksman. **Entrevistas do Le Monde: A Sociedade**. São Paulo, Ática, 1985, pp. 161-166. Ver pp. 163-164.
4. Antonio Albino Canelas Rubim. **Democratização, Comunicação e Política: Desafio Contemporâneo**. Trabalho apresentado na mesa-redonda "Política de Comunicação e Democracia Sindical", promovida pela PUC-MG e Escola Sindical 7 de Outubro, Belo Horizonte, 7 de maio de 1991 (mimeo). p.1.
5. *ibid.*, p. 2.
6. Jean Baudrillard. **L'Echange symbolique et la mort**. Paris, Gallimard, 1976, pp. 43-52 *passim*.
7. Rubim, *op. cit.*, p. 4.
8. Beatriz Sarlo. **Basuras Culturales, Simulacros Políticos**. In: Revista de Crítica Cultural, Ano 1, N.º 2, nov./90, p. 22.
9. Peter Drucker. **As Novas Realidades: no governo e na política, na economia e nas empresas, na sociedade e na visão de mundo**. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1989, p. 89.
10. Michel Foucault. **Microfísica do Poder** (5.ª ed.) Rio de Janeiro, Graal, 1979, pp. 9-10.
11. Nestor García Canclini. **Encuentro de Intelectuais pela Soberania dos povos de nossa América**. São Paulo, Hucitec, 1982, p. 190.